



ACESSIBILIDADE E INTERSECCIONALIDADE



TRANS/FORMADA: Solaris Garcia

Para permanecer em uma universidade, além de morar e comer, é preciso construir vínculos, conviver, acessar espaços e oportunidades. Porém, no país que mais mata pessoas transexuais no mundo e tampouco planeja a estrutura para assegurar pessoas com deficiência, essa é uma tarefa delicada. “Para as pessoas trans têm questões que são comuns: a baixa renda e a saúde mental, que são deterioradas pela falta de consciência na comunidade universitária”, avalia Solaris Garcia Castro, graduada em relações internacionais e pós-graduanda em política internacional pela UFSC.

Solaris garante que o campus é um local mais acolhedor do que os espaços comuns da sociedade, mas ainda assim, a transfobia é reproduzida: “Ainda tem muita discriminação, por estudantes, professores, técnicos e trabalhadores da universidade. Ninguém está isento de reproduzir esses preconceitos e a universidade até esse

Gráfico: Dados dos Assassinatos de pessoas trans e no Brasil entre 2008 e 2023¹⁰³ - TGEU

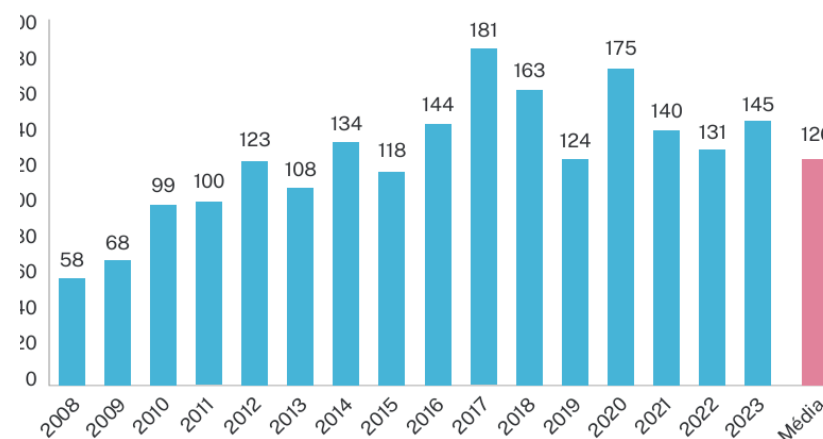


Gráfico: Dossiê ANTRA e TGEU.

A UFSC foi a segunda universidade federal de uma capital brasileira a destinar 2% do total de vagas, no conjunto dos cursos de graduação e pós-graduação, para pessoas transexuais, travestis, transmasculinas, transgêneras e/ou não binárias. Instituída em 8 de agosto de 2023, a Resolução Normativa nº 181/2023/CUn, a política foi uma conquista da Rede Trans UFSC, um coletivo político estudantil de pessoas trans de diversos cursos. Solaris faz parte da Rede desde o começo de 2024. Solaris compartilha sua vivência na Rede:

momento não tem uma política robusta de prevenção e que eduque as pessoas sobre essas questões”.

Mesmo aprovada desde o fim de 2023, as vagas para pessoas transexuais, travestis, transmasculinas, transgêneras e/ou não binárias ainda não entraram em vigor nos editais de acesso à universidade. “Em breve haverá vagas reservadas para pessoas trans, já tem legislação, está em processo para que seja implementada pela coordenadoria de diversidade sexual”, confirma a professora Leslie Chaves, Pró-Reitora da Pró Reitoria de Ações Afirmativas e Equidade (PROAFE).

Na Resolução 181 também foram definidas também ações de permanência, que garantem 2% das vagas em todos os programas de bolsas, monitoria e auxílios, conforme estipulado no documento. Segundo Leslie, a cota “um grupo que foi instituído pelo gabinete da reitoria para pensar na reformulação da resolução que faz o regramento de todos os concursos públicos dentro da universidade”. Depois de integrar um novo texto que contemple as vagas para pessoas trans, a proposta será votada até o final deste ano ou no início de 2025 pelo Conselho Universitário (CUn), e de acordo com entrevista da Comissão Permanente do Vestibular (Coperve), ao

Ocupar os espaços da universidade implica muitas vezes que pessoas trans de baixa renda revivam uma identidade morta. “O meu nome eu troquei em 2022 para Solaris, que é o meu nome atual, fiquei em 2023 com o nome social, porque a retificação é bem cara, e muito burocrática. A maioria fica no nome social, que é mais barato e menos burocrático. Eu fiquei um ano usando só o nome social da UFSC, que era o único lugar em que eu estava frequentemente”.

Esse fator aumenta o risco de que pessoas, propositalmente ou não, invoquem o falecido nome. “Se vai pra um concurso, ou a hospitais, qualquer serviço público que você vá, aparece os 2 nomes, geralmente o nome de registro e nome social no documento, e eles sempre fazem questão de chamar pelo nome de registro. É uma das razões da gente não acessar tanto os serviços de saúde”, acredita.

Estruturalmente, a transfobia também impacta a vida e, conseqüentemente, a permanência de estudantes não cis. “Os banheiros afetam bastante pessoas trans, não existem

Jornal Laboratório Zero, assim que aprovada, será incluída nos próximos vestibulares.

Através do SIC/GR - Serviço de Informação ao Cidadão, a PROAFE salientou que as ações afirmativas para pessoas transexuais, travestis, transmasculinas, transgêneras e/ou não binárias ainda está no processo de implementação e mudanças nas Resoluções internas da UFSC. “Para inserção da cota prevista no vestibular, bem como no próximo Concurso Público, precisa de alterações apreciadas e aprovadas no Conselho Universitário. A UFSC já tem uma campanha institucional contra a transfobia implementada, o Guia de Enfrentamento à Transfobia será lançado em novembro. A identificação de gênero já figura no sistema de identificação da UFSC (PESSOA UFSC), assim como o percentual de 2% em todos os programas de bolsas, monitorias, tutorias, estão sendo aplicados nos editais, desde a aprovação”, conta Andreia. Foram definidas também ações de permanência, que garantem 2% das vagas em todos os programas de bolsas, monitoria e auxílios, conforme estipulado no documento.

Para os 47 alunos transexuais, travestis, transmasculinas, transgêneras e/ou não binários que já estudam na UFSC, permanecer é um imenso desafio. Os

banheiros neutros. Agora, os estudantes do coletivo trans Demétrio Campos, do serviço social, conquistaram o primeiro banheiro de gênero neutro na UFSC inteira, e era um banheiro que estava em desuso, e através das movimentações desse coletivo foi transformado. Porém **está previsto nas políticas de ações afirmativas que pessoas trans tenham pelo menos um banheiro em cada centro de maior circulação da UFSC** e a gente cobra isso da Instituição um tempo, mas dizem que falta verba até para a placa...”, lamenta Solaris.

A ação afirmativa que a estudante citou, faz parte da Resolução Normativa N° 181/2023/CUn, de 8 de agosto de 2023, a mesma que introduziu as cotas para trans. No capítulo VIII, que se refere à infraestrutura, o artigo 30 demonstra o comprometimento da UFSC em “adequar e criar espaços de uso coletivo inclusivos e seguros em todos os campi, com o objetivo de atender a toda a comunidade universitária, de acordo com sua autoafirmação de gênero”. Dentre as medidas, estão:

vínculos familiares de pessoas que não são cis geralmente são mais complicados, o que impede esses grupos terem ajuda financeira de casa. Para se manter na UFSC, Solaris descreve sua rotina de trabalho e estudo: “Sempre tive que fazer alguma coisa durante a manhã durante a noite, bico, trabalhar, traduzir textos, eu fiz isso por uma época, dei um pouco de aula de inglês espanhol, geralmente as pessoas fazem isso em relações internacionais. E qual é a qualidade do estudo que a gente vai ter quando se trabalha em um local precarizado, que consome muita energia e morando mais distante da universidade, pegar ônibus, várias horas vindo, horas voltando. Tempo de vida que a gente vai perdendo assim”, relata.

Outra questão básica na permanência são os vínculos afetivos, que para Solaris, têm se desgastado depois da pandemia de Covid-19. “Nos anos iniciais da graduação era mais fácil, acredito que a pandemia tenha prejudicado bastante as relações, a sensibilidade. Eu sempre fui muito envolvida com o movimento estudantil, com centro Acadêmico, com DCE, e aí conseguia ter esses vínculos, principalmente entre estudantes. Mas sinto que na pandemia ficou o isolamento, o ensino remoto e os laços se perderam, cada um entrou numa bolha. Perdeu um

I – a implantação de pelo menos 1 (um) banheiro inclusivo (neutro ou transinclusivo) por prédio já existente com grande circulação de pessoas e, no mínimo, 2 (dois) banheiros inclusivos em novas construções, além de placas inclusivas para pessoas trans em todos os banheiros da

Universidade;

II – a implantação de pelo menos 1 (um) vestiário inclusivo (neutro ou transinclusivo) em edificações onde já exista o equipamento e/ou em novas construções, além de placas inclusivas para pessoas trans em todos os vestiários da

Universidade.

Art. 32. Com o objetivo de dar visibilidade, legitimidade e reconhecimento das diferenças e também facilitar o mapeamento do público-alvo dessa política, a Universidade deverá garantir, por meio da Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação (SeTIC), nos sistemas de cadastro discentes e docentes, formulários de ingresso, matrículas, cursos e demais cadastros da instituição, além das categorias “masculino”, “feminino” e “outro”, as seguintes identificações de identidades de gênero:

I – cisgênero; II – transgênero; III – transexual; IV – travesti; e V – não binário.

pouco daquela coisa da universidade como ambiente de integração, ambiente político, isso traz dificuldades de permanência também”, recorda Solaris.

Solaris reforça que, além de estrutura, a formação dos servidores da universidade também são necessárias.

“Teria que ter um preparo dos seguranças, um preparo da comunidade, porque a gente tem experiências de alguns eventos, como ‘*O fazendo gênero*’ que transformaram os banheiros em neutros, com papel, uma intervenção mais artística. Mesmo assim foi tudo arrancado. Então a gente não sabe o quanto essas pessoas estariam seguras usando o banheiro do gênero que elas se identificam hoje. Além de um histórico de pichações transfóbicas em vários banheiros de alguns dos Centros da UFSC, as pessoas se sentem meio perseguidas nos seus cursos também, principalmente nos centros mais conservadores”.

A professora Leslie Chaves detalha novas ações da UFSC sobre gênero questão em discussão. “Outra medida em curso é a construção da política de equidade de gênero, que vai pensar de maneira mais ampla a equidade de gênero dentro da instituição e também pedir a implementação de medidas para a gente ter esse equilíbrio”. A vice-reitora, Joana Célia dos Passos afirmou o compromisso da atual gestão em desenvolver as



políticas de ingresso e permanência para pessoas trans.
“Ampliamos as oportunidades de acesso e permanência de pessoas trans no corpo discente da instituição, no provimento de cargos efetivos e processos seletivos para contratação temporária no âmbito da administração pública da Universidade Federal de Santa Catarina, e que institui ações para o enfrentamento da transfobia”.

Imagem: Canva

Nem todos possuem as mesmas 24 horas. E esse fator se diverge devido a inúmeras questões, dentre elas, a sua condição física, que determina um tempo, um método e uma experiência totalmente diferente de quem não possui deficiência física ou intelectual. Dentro do espaço prático ou teórico da universidade, resistem e permanecem 618 estudantes na graduação da UFSC com algum tipo de deficiência, altas habilidades/superdotação ou necessidades educacionais específicas em 2024. Gustavo de Espíndola é um deles.

O estudante de física possui retinose pigmentar, uma doença hereditária que causa perda de visão, além de também ter miopia, astigmatismo e TDAH. Essa condição complica sua permanência no curso de variadas formas - todas por falta de preparo da UFSC no suporte à estudantes com alguma comorbidade. Gustavo ingressou na UFSC em 2018 pelas ações afirmativas de ensino público, apenas um ano depois da política de acesso à pessoas com deficiência ser instituída (Lei nº13.409/2016). Ele permaneceu um ano no curso, mas devido a seu departamento não ofertar os recursos

“O departamento de física até hoje não sabe lidar com deficiente visual” - Gustavo de Espíndola



Foto: Henrique Almeida/Notícias UFSC

suficientes para sustentar um aluno cego, ele reprovou em muitas disciplinas e, por conta disso, o estudante precisou trancar seu curso por dois anos.

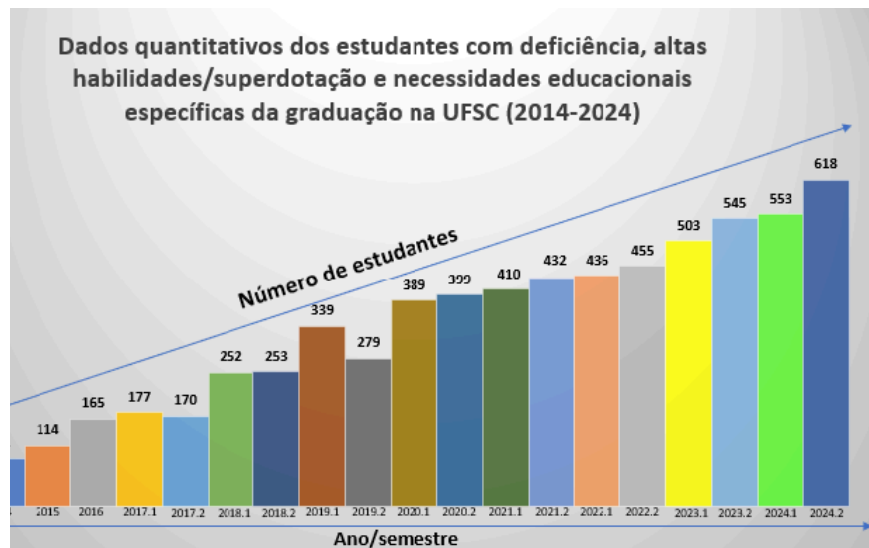


Gráfico: Coordenadoria de Acessibilidade Educacional (CAE/PROAFE)

Um dos únicos programas assistenciais para alunos com deficiência, a Coordenadoria de Acessibilidade Educacional (CAE) é um setor vinculado a PROAFE, e “tende ao princípio da garantia dos direitos das pessoas com deficiência, mediante a equiparação de oportunidades, visando à autonomia pessoal e acesso ao conhecimento”. A professora Leslie Chaves, Pró-reitora de Ações Afirmativas e Equidade (PROAFE), define a CAE como o órgão que, “vai pensar as políticas de acessibilidade para as pessoas com deficiência dentro da instituição, e também, em breve, vai instituir um grupo de trabalho para a gente pensar a política de acessibilidade da UFSC, para que a gente possa acolher melhor esse público, que é cada vez maior dentro da instituição”.

Gustavo regressou em 2022 à UFSC, e apesar de ainda não ser o ideal, notou avanços em relação a quando saiu.

“Quando retornei não foi mil maravilhas, mas eles já estavam com o objetivo de trazer alunos para a área de Exatas que eles não tinham antes. Então já melhorou nesse último ano”, avalia. O avanço a que o estudante se refere são em relação aos estagiários que a CAE destina para ajudá-lo na leitura e interpretação das atividades em cada disciplina. Antes, a maioria dos estagiários eram de cursos de humanas como história e geografia, e para ter uma leitura precisa das equações que um curso como física necessita, somente um estagiário oriundo de exatas poderia ler de modo mais assertivo. Agora, segundo Gustavo, a CAE disponibiliza estagiários de exatas para ele.

No entanto, quando retornou às aulas, o estudante precisou ter a iniciativa de desenvolver um *software* próprio para a leitura de equações matemáticas, pois os programas que a UFSC proporciona, liam de maneira equivocada ou nem conseguiam ler. “Eles não têm suporte para matemática e para física. Se você pegar uma equação

física, uma equação matemática, ele não vai ler, não reconhece os caracteres, nem a estrutura de uma equação”. Gustavo detalha porque essa plataforma será imprescindível para sua permanência no curso de física:





Vídeo: Canva

O aluno precisou atravessar a UFSC e pedir auxílio a uma professora do curso de história, no Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH). “Eu expliquei a situação para ela, que achou interessante e, ao invés de cada pessoa do grupo fazer um projeto diferente, que era o planejado, ela colocou todo mundo para fazer basicamente o mesmo projeto. E aí tá todo mundo em cima disso. Eu tô há quatro anos no departamento e até agora eles nunca se mexeram”.

Sempre que tem aula, Gustavo leva cerca de 1 hora e meia (sem trânsito) e 2 horas (com trânsito) para chegar à UFSC, mas, para comparecer à sala de aula ainda há mais uma barreira para o estudante: as irregulares calçadas e a falta de indicações dos caminhos que guiam Gustavo. “As calçadas são bem quebradas, tem muito caminho que não parece que são caminhos de muito beco, não dão a entender que aquilo está indo para tal lugar. Dia de chuva, então, é horrível, quase impossível vir para casa, ainda mais sem molhar os tênis e as meias”. Ele se recorda das calçadas de quando entrou na universidade, em 2018, “a entrada do meu curso era estrada de chão batido, então



quando chovia, literalmente não tinha como passar”, mas que nos últimos anos, as calçadas foram reformadas e se tornaram mais acessíveis.



Vídeo: Canva

O primeiro aluno com deficiência a ingressar no jornalismo da UFSC através da ação afirmativa para pessoas com deficiência, também concorda com essa melhoria nas calçadas. “Teve uma obra que eu peguei lá no começo do curso de jornalismo, que é uma obra que fez um caminho acessível que vai da frente da reitoria, passa pelo RU e foi completamente refeita. Melhorou muito, porque, os caminhos mais centrais, que costumo ir mais agora são muito mais fáceis. Essa obra fez uma grande diferença”.

Formado em jornalismo, Lucas começou outra graduação na UFSC em 2022: direito. Apesar de seu novo curso ser no Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), Lucas se sente mais seguro em utilizar o elevador no seu antigo centro, o Centro de Comunicação e Expressão (CCE). “Eu pego o elevador do CCE, e atravesso a passarela. É um pouco mais distante e mais chato de fazer esse caminho, mas não me impede de fazer”.

O acadêmico possui paralisia cerebral quadriplégica desde que nasceu, a lesão neurológica afeta tanto seus membros

superiores quanto os inferiores, por isso, ele utiliza uma cadeira de rodas motorizada para se deslocar na universidade, mesmo assim, opta por uma trajetória alternativa para chegar o seu centro desde que perdeu uma aula devido ao defeito de um elevador do Centro Socioeconômico (CSE). “Eu fui descer o elevador e só que era com essa cadeira aqui, e era minha primeira semana com a cadeira motorizada, ainda estava me adaptando a andar com ela, eu fui sair meio errado e bateu na porta do elevador...e a porta simplesmente não fechou mais, ficou aberto. E na hora de voltar para a aula não deu porque o elevador não funcionava, nem tinha batido e já não fechava mais”. Seu professor viu a situação e o liberou da segunda parte da aula”.

Para chegar à universidade, Lucas depende do bom funcionamento dos equipamentos que adaptam sua subida no ônibus. “Quando comecei a andar de novo de ônibus, percebi que a manutenção do elevador das linhas que eu pego estava bem ruim. Era muito comum não funcionar”, relata o estudante.

Depois de utilizar os ônibus nos mesmos dias e horários, Lucas acredita que os motoristas perceberam a necessidade de cobrar uma manutenção ou um veículo



com o elevador que funcione, “hoje raramente dá algum problema, porque a gente usa. Então estar presente, e utilizar essas coisas é muito importante, para fazer com que a mudança aconteça meio forçadamente, meio por vergonha dos serviços públicos”.



“Qualquer caminho deveria ser possível” - Lucas Stank.

Nos dias em que Lucas vence todos esses empecilhos logísticos e consegue chegar à sala de aula, precisa ainda superar as adversidades na hora de produzir algum trabalho, prova, ou se relacionar com os professores. “Passei por uma situação no jornalismo que o professor queria me usar como o totem do projeto de ciência dele. Eu percebia que a vontade dele era levar vantagem com a minha imagem, vinha com um papo de superação e essas coisas... ‘o Lucas tem que aparecer, o Lucas tem que fazer’...e não necessariamente eu queria, isso é meio ruim”. Já no curso de direito, o estudante conta outra experiência desgastante que teve por possuir deficiência:



Vídeo: Canva

“Todo mundo aqui me dá um bom apoio para eu permanecer” – Lucas Stank.

Para que Lucas fizesse parte dos cerca de 7,0% de pessoas com deficiência formadas no ensino superior, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cooperação de seus colegas de curso foi vital para sua formação em jornalismo, e agora, têm sido para a permanência no direito. O estudante detalha mais sobre a importância de ter uma rede de amizades:

“Eu já nasci sofrendo e acostumado a sofrer esse preconceito” - Vitor Sepulveda.

Para que mais estudantes com deficiência ingressem, permaneçam e se formem na UFSC, assim como Lucas, a representatividade de docentes com deficiência é essencial. Essa falta fez Vitor Hugo Sepulveda da Costa, um professor surdo de libras L1 e L2 para ouvintes na UFSC, lembrar de quando era aluno e ainda não existia a lei N° 10.436, que obriga desde 2002 os órgãos públicos, principalmente os de educação, a fornecerem um intérprete de libras em caso da presença de algum deficiente auditivo. **“Eu era o único surdo e o meu professor, simplesmente falava...eu não tinha intérpretes na sala de aula. Então eu tinha a minha limitação de chamar o professor, pedir para ele olhar, que ele olhasse para mim. Eu lutava para conseguir**



intérpretes e não tinha intérpretes porque não tinha lei”,
recorda.

O professor Vitor salienta que a experiência dos alunos na universidade muda conforme à interseccionalidade de seu corpo em relação à sua raça, seu gênero, sua sexualidade e sua característica física:

Imagem: Canva

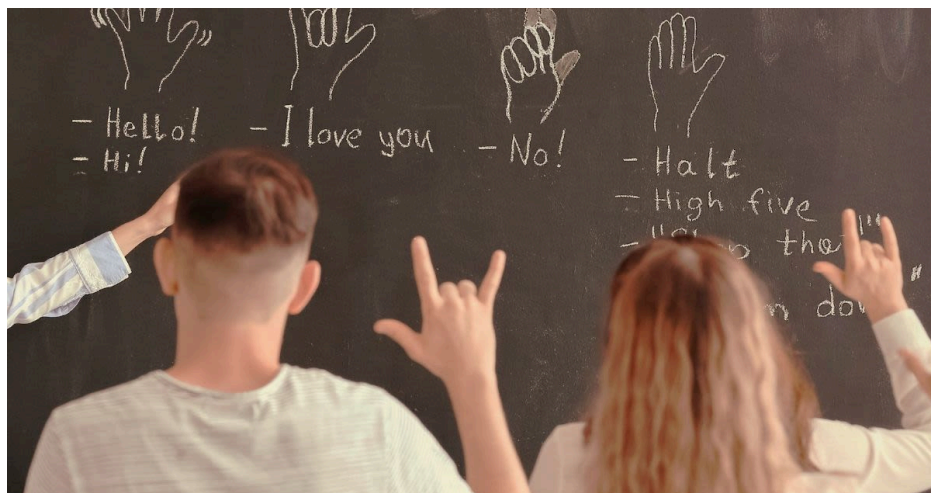


Imagem: Canva

Perguntado sobre a Língua Brasileira de Sinais ainda não fazer parte do Projeto Político Pedagógico (PPP) da maioria dos cursos, Vitor respondeu: “As áreas do bacharelado acabam não sendo obrigatório, mas eu percebo que alguns cursos têm interesse em aprender libras como disciplina optativa, antes quase não existiam, eram pouquíssimas disciplinas optativas, agora está aumentando cada vez mais e isso é algo que eu estou percebendo...com o passar do tempo, a sociedade quer conhecer um pouco sobre libras. Muitas pessoas ouvintes ficam curiosas, interessadas nesta matéria. Então eu sinto que teve uma melhora”.

Permanecer



Moradia e alimentação



Racismo estrutural



**Acessibilidade e
interseccionalidade**